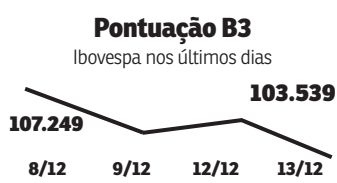
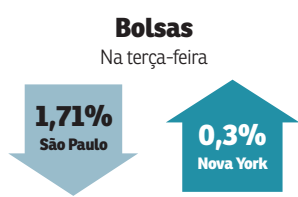




7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 14 de dezembro de 2022



Na terça-feira

R\$ 5,315
(+ 0,07%)

Dólar

	Últimos
7/dezembro	5,206
8/dezembro	5,216
09/dezembro	5,245
12/dezembro	5,312

Salário mínimo

R\$ 1.212

Euro
Comercial, venda
na terça-feira

R\$ 5,653

CDI
Ao ano

13,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)

13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Julho/2022	-0,68
Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41

NOVO GOVERNO

Equipe econômica começa a ganhar forma

Fernando Haddad quer conciliar a responsabilidade fiscal com a social, critica teto de gastos e defende "pobre no Orçamento"

» ROSANA HESSEL

Na primeira entrevista coletiva após ser oficializado como futuro ministro da Fazenda, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) confirmou, ontem, os dois primeiros nomes de equipe econômica do novo governo: os economistas Gabriel Galípolo e Bernard Appy, considerados por ele, técnicos respeitados nas respectivas áreas.

Durante o anúncio, Haddad rebateu as críticas do atual governo aos relatórios da equipe de transição que apontam problemas na área fiscal. Nesse sentido, disse que pretende consertar os impactos da "farra eleitoral" de aumento de despesas da atual administração para tentar ganhar as eleições. Sem poupar palavras, o ex-prefeito ressaltou que pretende montar uma nova política econômica que inclua o pobre no Orçamento da União. "Temos que compatibilizar a responsabilidade fiscal com a responsabilidade social", pontuou.

Na avaliação de Haddad, o governo Bolsonaro tomou "medidas desesperadas" e eleitorais, criando despesas que precisarão ser corrigidas no ano que vem, como a falta de critérios de elegibilidade adotada para reduzir, antes das eleições, a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A medida, segundo ele, gerou um gasto adicional, para 2023, de R\$ 17 bilhões. "Temos que contar a verdade para a sociedade. Não tem fake news em números. Os filtros foram removidos e será preciso acomodar muita despesa que não estava prevista, e isso, no total, dá R\$ 450 bilhões", acrescentou.

Por conta disso, o futuro ministro da Fazenda reforçou a necessidade da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, permitindo aumento de gastos acima da regra do teto em R\$ 168 bilhões por dois anos, conforme o projeto aprovado pelo Senado Federal na semana passada, que ainda precisa ser apreciado pela Câmara dos Deputados. O texto inicial elaborado pela transição previa

valor e prazos maiores, de R\$ 198 bilhões de gastos anuais extras durante todo o terceiro mandato de Lula. "A equipe fez a conta sobre o Orçamento que tem que ser aprovado com o mesmo valor que Bolsonaro teve para despesas no último ano de governo", justificou.

Primeiros nomes

Galípolo ocupará a Secretaria Executiva e será o número 2 de Haddad no Ministério da Fazenda. A pasta será recriada, juntamente com a do Planejamento, Orçamento e Gestão e a do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Integrante da equipe de transição e ex-presidente do Banco Fator, o economista se aproximou do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na campanha eleitoral e é um importante interlocutor do novo governo com o mercado financeiro. Ele acompanhou Haddad, ontem, nas reuniões de que o futuro ministro participou, no Ministério da Economia e no Banco Central, nas quais foi apresentado aos interlocutores como secretário-executivo da pasta. Haddad disse que os encontros foram positivos e bastante cordiais.

O segundo integrante da equipe confirmado por Haddad é o economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCIF) e autor do projeto da proposta de reforma tributária da Câmara dos Deputados, a PEC 45/2019, que foi desprezada pelo ministro Paulo Guedes e está parada no Congresso. Appy será o secretário especial da Reforma Tributária da pasta.

Havia uma expectativa de que Haddad anunciasse outros nomes, mas ele disse que, por enquanto, somente os dois confirmaram o convite. Ele pediu paciência para o mercado aguardar os demais. "Avaliem minha equipe quando ela estiver montada", afirmou. Ao ser questionado sobre as nomeações para os bancos públicos, o ex-prefeito paulista respondeu que a escolha será do presidente Lula.

Na visão de Sergio Valle, economista-chefe da MB

ESTADÃO CONTEÚDO



Ex-presidente do Banco Fator, Gabriel Galípolo (à esquerda) foi apresentado pelo futuro ministro como o número 2 da Fazenda no novo governo

Valter Campanato/Agência Brasil



Missão de Bernard Appy será a de conduzir a reforma tributária

Associados, Appy foi uma "excelente escolha", mas Galípolo é uma incógnita, assim como os demais integrantes da equipe. "A escolha de Appy era esperada e necessária para lidar com a reforma tributária, especialmente a PEC 45. Galípolo deve lidar com PPPs (Parcerias Público-Privadas), mas é uma incógnita. Faltam nomes na questão fiscal, que espero venham na Secretaria de Política Econômica, no Tesouro Nacional, e no Planejamento", afirmou. Para o economista e consultor André Perfeito, Galípolo será "um ativo importante" para o novo governo, com capacidade de diálogo com o mercado financeiro, apesar de não ser da linha econômica mais ortodoxa.

Arcabouço fiscal

Além de reforçar o alerta sobre a piora das contas públicas no próximo ano, Haddad criticou o teto de gastos. Para ele, essa regra não é confiável, "porque não é exequível". "Um arcabouço fiscal novo é imprescindível, uma vez que o atual praticamente decaiu e não é respeitado há três ou quatro anos", disse. Ele adiantou que pretende concluir a proposta da PEC do novo arcabouço fiscal para que ela caminhe junto com a da reforma tributária. "Se houver amadurecimento da parte do governo, eu entendo que essas duas coisas podem caminhar juntas", afirmou.

Lula: Mercadante no BNDES e fim de privatizações

Antes de o futuro ministro da Fazenda Fernando Haddad anunciar os primeiros integrantes da futura equipe, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou o nome do ex-senador e ex-ministro da Casa Civil do governo Dilma Rousseff (PT), Aloizio Mercadante, como presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Lula também descartou qualquer privatização em seu governo. "Vai acabar a privatização neste país", disse ele, ontem, durante cerimônia de encerramento dos relatórios dos grupos de trabalho da transição governamental. Um dia após a diplomação no Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente eleito reclamou que o atual governo já "privatizou quase tudo",

e que o país "não está mais à venda". "Vamos provar que algumas empresas públicas podem mostrar rentabilidade", declarou, justamente após a Petrobras ter registrado o maior lucro da história por não ter sido mais utilizada como instrumento de política pública.

Diante disso, confirmou que Mercadante vai comandar o principal banco de fomento do país. "Tenho ouvido boatos de que ele vai presidir o BNDES. Não é boato. Mercadante será o presidente do BNDES", afirmou.

Ajuda legal

Ontem à noite, a Câmara dos Deputados aprovou, por 314 votos contra 66, projeto de lei relatado pela deputada Margarete

José Cruz/Agência Brasil



Mudança na Lei deve permitir posse de ex-ministro no cargo

Coelho (PP-PI) que modifica o dispositivo da Lei das Estatais que estabelece quarentena de

36 meses para indicados a cargos de direção que tenham participado de campanha eleitoral.

De acordo com o texto, que ainda precisa ser votado no Senado, o prazo passa para apenas 30 dias. Se o projeto for aprovado, Mercadante poderá assumir o BNDES no início de 2023.

O mercado financeiro reagiu mal à indicação do ex-ministro. Logo após o anúncio, o Tesouro Nacional interrompeu as negociações com títulos públicos, devido à forte volatilidade das taxas de juros. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou em queda de 1,71%, a 103.539 pontos e o dólar encerrou o pregão cotado a R\$ 5,315 para venda, com alta de 0,07%

Questionado pelo **Correio**, a Secretaria do Tesouro informou que adotou a medida "temporariamente para que novos preços

e taxas de referência possam ser atualizados". "As suspensões cumprem o objetivo de proteger o investidor, ao evitar que ele compre por um preço mais alto, ou venda por um preço mais baixo do que aquele considerado justo", completou.

"O mercado reagiu mal à notícia porque entende que alguns avanços feitos nos últimos anos podem ter retrocessos, como mudanças na Lei das Estatais e a volta da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)", explicou Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos. "No governo do PT) o BNDES favorecia grandes empresas, que não precisavam do banco. Podiam ir ao mercado, como fizeram nos últimos anos", disse. (RH)